

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DE AFIRMAÇÃO NUMA EUROPA ALARGADA: AS CIMEIRAS LUSO-ESPAÑHOLAS

Célia Martins¹

Centro de Estudos Geográficos, Univ. de Lisboa

Alameda da Universidade, Faculdade de Letras

1600-214 Lisboa Codex

Tel. 217940218 / 217965469

Fax 217938690

celiamartins@fl.ul.pt

RESUMO:

A concepção de uma Europa alargada tem subjacentes dois pressupostos fundamentais: por um lado, a possibilidade de reunificação do continente, que dota este espaço de condições de prosperidade económica, política e social que se constitui como oportunidade sem paralelo para os estados-membros; por outro, a afirmação da Europa, enquanto interveniente de primeira linha, na cena económica e política mundial.

A actual reconfiguração da União Europeia (UE), alicerçada no recente alargamento a 25, bem como em futuros alargamentos, por abranger países com antecedentes tão diversificados, prefigura um reforço dos desafios colocados aos vários estados-membros, nomeadamente a Portugal e Espanha.

A integração de Portugal e de Espanha no espaço económico e político europeu definiu um ponto de viragem consensual no que respeita às relações ibéricas. E paralelamente, os dois países têm apostado também no desafio da progressiva integração/cooperação ibérica.

É neste contexto, que são estudadas as Cimeiras Luso-Espanholas, através de um exercício de análise dos principais temas subjacentes à sua realização.

PALAVRAS-CHAVE: União Europeia; Alargamento; Portugal; Espanha; Cimeiras Luso-Espanholas

1. Introdução

A concepção de uma Europa alargada tem subjacentes dois pressupostos fundamentais: por um lado, a possibilidade de reunificação do continente, que dota este espaço de condições de prosperidade económica, política e social que se constitui como oportunidade sem paralelo para os estados-membros; por outro, a afirmação da Europa, enquanto interveniente de primeira linha, na cena económica e política mundial.

A actual reconfiguração da União Europeia (UE), alicerçada no recente alargamento a 25, bem como em futuros alargamentos, por abranger países com antecedentes tão diversificados, prefigura um reforço dos desafios colocados aos vários estados-membros.

O impacto desta recente conjuntura europeia levanta um conjunto de novas questões a que alguns estados-membros da UE15, nomeadamente Portugal e Espanha, são particularmente sensíveis. Entre elas: a redução dos fundos estruturais, no próximo período

¹ Membro da equipa do projecto: "A Integração dos Mercados Ibéricos: um Processo Dependente e Territorialmente Diferenciado?", POCTI/GEO/48477/2002.

orçamental - 2007-2013 -, em consequência da sua redistribuição pelos novos países da União e a desaceleração das respectivas economias bem como do investimento estrangeiro, associados à realocação da produção para a Europa de Leste, tirando partido de custos de produção e de mão-de-obra mais baixos, citando apenas algumas das questões mais relevantes do domínio económico.

A inclusão de Portugal e de Espanha no espaço económico e político europeu, além de definir um ponto de viragem consensual no que respeita às relações ibéricas (Alves, 2000 e 2001; Caetano, 1998 e 2001; Azevedo e Faustino, 2001; Lopes, 2001; Pires e Teixeira, 2002), tem tido como significado a convergência destes dois países face à média dos restantes estados-membros e consequentemente a sua gradual integração no mercado mundial.

Paralelamente à integração europeia, os dois países têm apostado também no desafio da progressiva integração/cooperação ibérica, enquanto forma de afirmação dos seus territórios, identificando e concertando estratégias conjuntas na prossecução de interesses comuns e em assuntos bilaterais.

As Cimeiras Luso-Espanholas, realizadas desde 1983 e com uma periodicidade anual (aproximadamente), têm por objectivo a definição do quadro de relações entre Portugal e Espanha, que pressupõe uma “maior coordenação política na actuação dos dois Estados nas diversas organizações internacionais que integram e abordar de forma conjunta os problemas bilaterais” (Alves, 2000: 38).

Estas cimeiras constituem-se como exemplo claro do estreitar das relações ibéricas e dos esforços bilaterais desenvolvidos no âmbito da integração/cooperação entre os dois países, distinguindo-se das Conferências Intergovernamentais (CIG), cujo conceito se associa a uma negociação entre Estados-Membros da UE, relativamente às reformas das estruturas institucional e jurídica da União e à elaboração de novos tratados, tratando-se, portanto, de um quadro de relações, que envolvem Portugal e Espanha, ao nível da integração europeia. Neste contexto, e integrado no projecto “ A Integração dos Mercados Ibéricos - Um Processo Dependente e Territorialmente Diferenciado?”, pareceu relevante abordar e desenvolver este tema, por se tratar de uma temática pouco debatida, a avaliar pela escassez de bibliografia encontrada.

A proposta subjacente a esta comunicação consiste na análise dos principais temas discutidos nas várias Cimeiras Luso-Espanholas, no sentido de se perceber a importância da sua realização e quais as questões que os governantes dos dois países têm assumido como prioritárias, face a assuntos bilaterais e/ou a desafios colocados pelo enquadramento conjuntural da UE.

2. Balanço das Relações entre Portugal e Espanha

O percurso evolutivo recente dos dois países ibéricos, embora historicamente pautado por

receios e desconfianças de Portugal em relação a Espanha, devido a várias tentativas de unificação do território da Península Ibérica, por parte deste último, tem sido alcançado de forma mais ou menos coincidente (Alves, 2000), desde o processo de abertura das duas economias, na década de 1960, à transição para regimes democráticos, na década de 1970, ao processo de negociações que culminou com a adesão dos dois países à UE (então Comunidade Económica Europeia - CEE), em 1986, e à integração na União Económica e Monetária (UEM), em 1999, fazendo referência apenas aos marcos históricos mais relevantes.

Com o restabelecimento das relações entre os dois países ibéricos, impulsionado em grande medida pela sua integração na UE, que pôs fim o longo período histórico de ligações praticamente inexistentes, tanto Portugal como Espanha podem fazer um balanço positivo deste capítulo do seu relacionamento.

Para Espanha, as relações com Portugal proporcionam-lhe: o contacto com o Atlântico, fronteira estratégica do continente Europeu, que reforça a sua posição no seio da UE; o atenuar dos seus saldos desfavoráveis em relação aos restantes estados-membros; a canalização de uma parcela considerável do seu investimento directo; e uma parceria estratégica para penetração em mercados extra-europeus (Azevedo e Faustino, 2001).

Portugal encara como vantajoso o seu quadro de relacionamento com Espanha porque, enquanto mercado de dimensão económica superior, constitui-se como espaço vantajoso de aposta e por se tratar da única ligação terrestre com o resto da UE (Azevedo e Faustino, 2001).

Contudo, Portugal tem assumido uma posição de maior dependência face à Espanha do que o contrário, principalmente na esfera económica. Apresentando um saldo da balança comercial desfavorável, decorrente, entre outros factores, dos perfis de especialização de cada um dos países, em que os sectores de maior dependência da economia espanhola não são coincidentes com os pólos de especialização da economia portuguesa, mas alguns dos sectores de especialização da economia espanhola são coincidentes com os de dependência económica portuguesa (Caetano, 1998).

Ainda que com um diferencial de dimensão entre os dois países favorável a Espanha, os desafios, de ordem política, económica e social, que actualmente se apresentam a Portugal e Espanha são da mesma natureza (Azevedo e Faustino, 2001; Silva, 2001).

3. Principais temas tratados no âmbito das Cimeiras Luso-Espanholas

Neste ponto pretende-se proceder a uma análise dos temas mais relevantes que tem constituído a agenda das Cimeiras Luso-Espanholas, e que se encontram sistematizados no quadro seguinte.

CIMEIRAS LUSO-ESPAÑHOLAS: QUADRO SÍNTESE

DATA	LOCAL	ASSUNTOS TRATADOS
1983 (11 e 12 Novembro)	Lisboa (Portugal)	Assinatura da Declaração de Lisboa: - Princípios subjacentes às relações entre dos dois países - Institucionalização das Cimeiras Luso-Espanholas - Relações comerciais - Pescas - Transportes e acessibilidades - Indústria - Energia - Agricultura
1985 (25 de Maio)	Cáceres (Espanha)	- Questões comunitárias: adesão à CEE - Cooperação transfronteiriça - Agricultura
1986 (25 Novembro)	Guimarães (Portugal)	- Questões comunitárias: fundos comunitários - Relações comerciais - Cooperação económica - Energia - Combate à toxicodependência - Agricultura - Transportes e acessibilidades
1987 (11 e 12 Novembro)	Madrid (Espanha)	- Questões comunitárias: orçamento comunitário; União Europeia Ocidental - Relações comerciais - Cooperação económica - Transportes e acessibilidades
1988 (2 e 3 Novembro)	Lisboa (Portugal)	- Questões comunitárias: Conselho Europeu de Rodes; presidência espanhola; Mercado Único Europeu; política externa - Relações comerciais - Cooperação económica - Cooperação transfronteiriça - Transportes e acessibilidades - Energia
1990 (2 e 3 Fevereiro)	Sevilha (Espanha)	- Questões comunitárias: alargamento da UE a Leste; livre circulação de pessoas; política externa - Cooperação transfronteiriça - Transportes e acessibilidades - Política marítima - Energia - Assuntos culturais
1990 (5 Dezembro)	Quinta do Lago (Portugal)	- Questões comunitárias: domínio segurança; Sistema Monetário Europeu - Cooperação transfronteiriça - Cooperação económica - Energia
1991 (14 Dezembro)	Trujillo (Espanha)	- Questões comunitárias: presidência portuguesa; resultados de Maastricht; política externa - Transportes e acessibilidades - Segurança e criminalidade
1992 (4 e 5 Dezembro)	Madeira (Portugal)	- Questões comunitárias: Conselho Europeu de Edimburgo - Segurança e criminalidade - Justiça - Educação - Desporto
1993 (17 e 18 Dezembro)	Palma de Maiorca (Espanha)	- Questões comunitárias: reforma das instituições comunitárias; política externa - Recursos hídricos - Segurança e criminalidade - Transportes e acessibilidades
1996 (17 e 18 Janeiro)	Madrid (Espanha)	- Questões comunitárias: processos de convergência; União Económica e Monetária - Recursos hídricos - Comissão conjunta para resolução de questões comuns
1996 (29 e 30 Outubro)	Ponta Delgada (Portugal)	- Questões comunitárias: União Económica e Monetária - Recursos hídricos - Segurança e criminalidade - Transportes e acessibilidades

(Continuação)

DATA	LOCAL	ASSUNTOS TRATADOS
1997 (18 e 19 Novembro)	Madrid (Espanha)	- Questões comunitárias: Cimeira sobre o Emprego, no Luxemburgo; alargamento da UE a Leste; Agenda 2000 - Transportes e acessibilidades - Segurança e criminalidade - Justiça - Recursos hídricos
1998 (29 e 30 Novembro)	Albufeira (Portugal)	- Questões comunitárias: alargamento da UE a Leste; Agenda 2000 - Recursos hídricos - Pescas - Política Social - Transportes e acessibilidades - Segurança e criminalidade
2000 (25 e 26 Janeiro)	Salamanca (Espana)	- Questões comunitárias: Conselho Extraordinário de Lisboa; acordo de livre comércio UE-México; as relações da Europa com Mercosul; Conferência da Organização Mundial do Comércio, em Seattle; pacote fiscal - Transportes e acessibilidades - Segurança e criminalidade
2001 (29 e 30 Janeiro)	Sintra (Portugal)	- Questões comunitárias: balanço do Conselho Europeu de Nice - Segurança e criminalidade - Transportes e acessibilidades - Energia
2002 (2 e 3 Outubro)	Valência (Espanha)	- Questões comunitárias: aspectos relacionados com alargamento da UE a Leste - Defesa: NATO - Transportes e acessibilidades - Energia - Cooperação transfronteiriça - Saúde - Pesca - Cooperação económica
2003 (7 e 8 Novembro)	Figueira da Foz (Portugal)	- Questões comunitárias: Conferência Intergovernamental - Transportes e acessibilidades - Energia - Cooperação económica - Cooperação transfronteiriça - Recursos hídricos
2004 (1 Outubro)	Santiago de Compostela (Espanha)	- Questões comunitárias: quadro financeiro da UE; enquadramento constitucional da UE; política externa - Transportes e acessibilidades - Energia - Cooperação transfronteiriça - Sector portuário

A primeira Cimeira Luso-Espanhola realizou-se ainda antes da adesão de Portugal e Espanha à UE, em 1983, e reuniu o presidente do governo espanhol, Felipe González, e o primeiro-ministro português, Mário Soares, culminando com a assinatura da Declaração de Lisboa.

Neste documento, foram estabelecidos os princípios que passaram a enquadrar as relações entre dos dois países - solidariedade, cooperação, concertação e informação e consulta - e reforçado o Tratado de Amizade e Cooperação entre Portugal e Espanha, de 1977². Através de um protocolo adicional, foram ainda institucionalizados encontros bilaterais, anuais, entre

² Assinado a 22 de Novembro de 1977, em Madrid, por Mário Soares e Adolfo Suarez. Substitui o Pacto Ibérico, assinado por Oliveira Salazar e Francisco Franco, em 1939.

os membros dos governos dos dois países.

Outros temas foram ainda abordados no âmbito desta cimeira, e as conversações estabelecidas permitiram a celebração de alguns compromissos, de entre os quais se destacam: o estabelecimento de um período intercalar, que permitisse um reajustamento do Anexo P do Acordo entre a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) e Espanha³, com o intuito de reduzir o desequilíbrio das relações comerciais entre Portugal e Espanha; a negociação de um plano de pescas com benefícios para os dois países; a criação de uma comissão técnica, com o objectivo de se definir uma estratégia conjunta de desenvolvimento das redes de acessibilidades; a cooperação ao nível da indústria, da energia e da agricultura, entre outros.

O encontro bilateral, que teve lugar em 1985, teve como principal temática a dominar a agenda a adesão de Portugal e Espanha à, então designada CEE, tendo sido defendida, pelos dois representantes de governo, a construção política da Europa.

No plano bilateral destacaram-se como temáticas mais relevantes desta cimeira, a cooperação transfronteiriça e a agricultura, tendo sido assumido o compromisso de financiamento das áreas fronteiriças, com vista ao seu desenvolvimento, dentro da primeira temática, e assinados acordos na área da agricultura, associados à investigação e coordenação na resolução de problemas agrícolas.

A Cimeira Luso-Espanhola, que decorreu em 1986 e reuniu Cavaco Silva e Felipe González, a primeira após a adesão dos dois países à CEE, ficou marcada pela ausência de resultados concretos, nomeadamente a assinatura de acordos sectoriais.

Do conjunto de temáticas tratadas na cimeira, resultou um conjunto de intenções, como: a vontade expressa pelos dois governos em atenuar os desequilíbrios das trocas comerciais; a possibilidade de abertura de filiais de instituições bancárias em ambos os países; a candidatura conjunta a fundos comunitários em projectos de interesse mutuo; a intenção de uma eventual ligação à rede europeia de gás natural; convergência de posições, com o compromisso de assinatura de acordos nos domínios da agricultura e combate à toxicoddependência, fazendo referência apenas às mais relevantes.

A coordenação de posições face a questões comunitárias assumiu-se como temática central das conversações estabelecidas na Cimeira Luso-Espanhola, de 1987, nomeadamente no que respeita ao orçamento comunitário e, em particular, aos fundos estruturais, problemáticas que iriam ser discutidas posteriormente, ao nível dos vários estados-membros, na Cimeira de Copenhaga, com o objectivo de reforçar a coesão económica e social no seio da Comunidade. Assim como se procurou um entendimento face à integração de Portugal e Espanha no esquema europeu de defesa proposto pela União Europeia

³ Acordo multilateral celebrado entre a Espanha e os vários países que integram a EFTA, cujo objectivo pressupõe uma redução das tarifas aduaneiras na comercialização de produtos industriais. E o Anexo P deste acordo enquadra as relações comerciais entre Portugal e Espanha, segundo disposições específicas.

Ocidental (UEO).

Ao nível bilateral, estabeleceram-se também alguns compromissos, designadamente: no plano das relações comerciais, a recuperação do défice da balança comercial, mediante a total liberalização das exportações portuguesas com destino a Espanha, num espaço de tempo mais curto do que o estabelecido no acordo bilateral firmado aquando da adesão dos dois países ao Mercado Comum; no plano da cooperação económica, Espanha abdicou do princípio de reciprocidade na abertura de sucursais de bancos dos dois países, ficando acordada, a curto prazo, a abertura de sociedades de investimento em Portugal; e no plano dos transportes, foi dada prioridade a eixos ferroviários que possibilitaram a ligação entre os dois países (Lisboa-Porto-Vilar Formoso-Irum) e destes ao resto da Europa (Lisboa-Madrid-Barcelona-Sul de França).

As questões que mereceram maior atenção por parte dos dois governantes, na reunião bilateral de 1988, deram origem a compromissos relevantes, ao nível bilateral, nomeadamente: a entrada em vigor da liberalização do mercado de têxteis entre Portugal e Espanha; a abertura de dependências bancárias, uma portuguesa em Madrid (Banco de Fomento Nacional) e outra espanhola em Lisboa (Banco Exterior de Espanha); a criação de uma comissão conjunta destinada a apresentar projectos, susceptíveis de financiamento comunitário, que promovessem o desenvolvimento fronteiriço; o compromisso de concertação sobre as ligações ferroviárias entre os dois países e com o resto da Europa, bem como sobre a construção de novas pontes sobre os rios fronteiriços; a diminuição do preço das remessas de energia eléctrica que Portugal importa de Espanha.

No quadro das questões comunitárias, foram ainda abordadas as perspectivas a serem defendidas por Portugal e Espanha no Conselho Europeu de Rodes durante a presidência espanhola da comunidade, e na realização do Mercado Único em 1992, bem como a intenção de cooperação em projectos de paz e desenvolvimento da América Latina e África Austral.

Em 1990, as questões de âmbito comunitário, como os desafios colocados a Portugal e Espanha face ao alargamento da UE a Leste e a instituição da livre circulação de pessoas (prevista para 1992), constituíram-se como temas dominantes na Cimeira Luso-Espanhola. As conversações nestes domínios possibilitaram a convergência de opiniões relativamente a um processo de alargamento que não comprometa o reforço da coesão económica e social, no seio da comunidade, e da solidariedade face aos Estados menos desenvolvidos; bem com o ensaio, à escala ibérica, da liberdade de circulação de pessoas, com a abertura de uma das suas fronteiras.

No plano da política externa, foram reiteradas as intenções de estreitar relações, através da cooperação, com África Austral e a América Latina.

As questões de esfera bilateral focaram temáticas diversificadas.

No quadro das relações transfronteiriças, ficou acordada a apresentação conjunta de projectos, ao nível europeu, com o objectivo de se atenuarem os desequilíbrios regionais decorrentes do desigual crescimento económico.

O reforço das ligações ferroviárias, designadamente as de Beja a Sevilha e a da Via do Infante até Espanha, através de ponte sobre o Guadiana, constituiu-se como intenção ao nível dos transportes e acessibilidades.

Foi também acordado, no que respeita à política marítima, a necessidade de desenvolver, de forma cooperada, a vigilância, a detecção e combate à poluição marítima.

No plano da energia, foi feita uma revisão no acordo celebrado, entre a EDP e a Redesa, que regula as condições de importação de electricidade para Portugal, e acordado o pedido de financiamento da CEE destinado à construção da ligação de Portugal ao gasoduto europeu.

Ainda foram estabelecidos compromissos quanto à recuperação do património histórico-cultural comum aos dois países, situado em áreas raianas.

O sétimo encontro Luso-Espanhol, realizado também no ano de 1990, ficou marcado por uma concertação de posições face a algumas questões comunitárias, que foram debatidas posteriormente no Conselho Europeu de Roma. Ao nível da união política, foi defendido um reforço da afirmação da Comunidade, no domínio da segurança externa. No plano da união económica e monetária, foi confirmada a intenção de ambos os países integrarem o Sistema Monetário Europeu (SME).

A assinatura de um protocolo sobre um programa operacional de desenvolvimento das regiões transfronteiriças, financiado pela CEE, constituiu-se como um dos resultados mais relevantes desta cimeira. Este protocolo teve como objectivo a cooperação transfronteiriça na resolução do problema dos desequilíbrios regionais e estabeleceu como prioritária a construção ou recuperação de infra-estruturas rodoviárias de ligação entre as regiões fronteiriças.

A manifestação de interesse mútuo na instalação de instituições financeiras, em cada um dos países, também figurou na agenda das conversações, no plano da cooperação económica.

No domínio da energia, foi ainda debatida a possibilidade de construção de um gasoduto entre a Península Ibérica e o Norte de África, para abastecimento comunitário.

Na Cimeira Luso-Espanhola de 1991, as conversações entre os dois países ibéricos relacionaram-se essencialmente com questões de contexto comunitário, em que se analisaram os resultados alcançados em Maastricht e se equacionaram os reflexos dos mesmos nos dois países, e se concertaram estratégias a assumir, entre outros domínios, no da política externa europeia, nomeadamente em relação à África Austral, Magrebe e América Latina e no caso particular de Timor, durante a presidência portuguesa da UE.

No que concerne a assuntos bilaterais, os dois governantes deram um passo no sentido da convergência em relação à ligação ferroviária de alta velocidade entre os dois países, tendo sido marcada uma primeira reunião de carácter técnico.

Foi ainda acordada a cooperação bilateral, no que respeita à vigilância das fronteiras e ao movimento de pessoas, no período da Exposição Mundial de Sevilha e dos Jogos Olímpicos de Barcelona.

A definição de uma estratégia conjunta, para apresentar no Conselho Europeu de Edimburgo, em matérias de fundo de coesão, assumiu-se como um dos principais objectivos da Cimeira Luso-Espanhola de 1992. Esta estratégia passou por uma renegociação do Pacote Delors II⁴, no sentido de um financiamento mais alargado aos países do Sul e contribuindo para o desenvolvimento harmonioso da Europa.

Outros compromissos foram também estabelecidos, ao nível bilateral, como: a assinatura de acordos de vigilância e controlo fronteiriço e de movimentação de pessoas, para que fique assegurada a segurança no âmbito da livre circulação de pessoas, conjugação de esforços no combate à criminalidade e à droga; no campo da justiça, coordenação de políticas na formação de magistrados e em matérias de investigação; no plano da educação, reforço do ensino das línguas e organização de um seminário luso-espanhol para o estudo dos sistemas educativos dos dois países e da possibilidade de reconhecimento dos diplomas e equivalências; e, ao nível do desporto, o intercâmbio de técnicos para a preparação das duas selecções para os Jogos Olímpicos de Atlanta.

Em 1993, as questões de natureza comunitária debatidas na Cimeira Luso-Espanhola relacionaram-se, por um lado, com a reforma das instituições comunitárias, sobre a qual se verificaram algumas divergências entre Portugal e Espanha, nomeadamente no que respeita ao voto por maioria qualificada. Por outro lado, foram também concertadas intenções de influenciar a direcção das políticas externas europeias para o Magrebe, em particular para a Argélia, onde a instabilidade vivida poderia por em causa os interesses políticos e económicos dos dois países ibéricos, tendo em conta o projecto do gasoduto do Magrebe.

A criação de um grupo de trabalho sobre os recursos hídricos, que permitiria a convergência de interesses no que respeita à implementação do Plano Hidrológico Espanhol⁵ e o estabelecimento de acordos sobre temas como os controlos móveis nas zonas fronteiriças e a via rodoviária de ligação Porto-Bragança-Quintanilha-Zamora-Tordesilhas-Europa, constituíram-se como as principais conclusões bilaterais alcançadas nesta cimeira.

A Cimeira Luso-Espanhola, realizada em 1994, teve como principais temas, subjacentes ao

⁴ Quadro de financiamento comunitário para o período 1993-1999.

⁵ A elaboração deste plano desacelerou o grau de entendimento das relações entre Portugal e Espanha, nesta matéria. Tendo posteriormente sido alvo de aceso debate, inclusivamente ao nível comunitário, por Espanha não estar a agir em conformidade com a Carta Europeia da Água - pontos XI e XII-, proclamada em Estrasburgo, em 1968.

[<http://www.inag.pt/inag2004/port/divulga/pdf/OCiclodadaAgua.pdf>]

debate, tanto assuntos europeus como questões bilaterais.

As conversações entre os dois países foram, em parte, ocupadas com a preparação do Conselho Europeu de Essen, e com a concertação de posições para a presidência espanhola da UE.

No plano da política externa, os dois governantes partilharam os respectivos pontos de vista em relação às suas estratégias de relacionamento exterior com o Mediterrâneo, África e América Latina, no sentido de acordarem a gestão dos acervos comunitários, o governo espanhol condenou o regime indonésio, pela repressão a Timor-Leste e apoiou Portugal na salvaguarda dos direitos humanos do povo timorense.

No que se refere à problemática dos recursos hídricos, foi reafirmado o compromisso, já firmado na cimeira anterior, de se estabelecer um quadro comum de entendimento no que respeita aos princípios reguladores da gestão dos recursos hídricos dos dois países e, em particular, à concretização do Plano Hidrológico Espanhol, mediante a criação de grupos de trabalho.

Foram ainda firmados acordos, em matéria de energia e cooperação transfronteiriça, relacionados com: a assinatura de acordo para a construção do gasoduto ibérico, cujo objectivo se relacionava com a consolidação das redes de gás dos dois países, através da adesão de Portugal ao gasoduto Magrebe-Europa; e o estabelecimento de acordo de cooperação transfronteiriça sustentado por financiamento do Interreg II.

A décima segunda Cimeira Luso-Espanhola, que decorreu no ano de 1996, reuniu o presidente do governo espanhol Felipe González e o recém-eleito primeiro-ministro português António Guterres. Os temas em agenda diziam respeito tanto ao foro comunitário, como ao plano bilateral.

As principais questões comunitárias debatidas prenderam-se com os processos de convergência dos dois países ibéricos, bem como com a partilha de objectivos em matéria de integração na União Económica e Monetária (UEM).

A problemática da gestão dos recursos hídricos comuns, assunto recorrente das cimeiras anteriores, foi também incluída na ordem de trabalhos, com o objectivo de se alcançarem alguns consensos. Contudo não foram firmados acordos concretos, com excepção da barragem do Alqueva, em que foi concertada a constituição de uma comissão para o estudo do impacte ambiental desta obra em toda a bacia do Guadiana.

Uma proposta relevante, aprovada pelas duas partes, nesta cimeira relacionou-se com a criação de uma comissão conjunta destinada a tratar, ao nível bilateral, de desacordos ou incompatibilidades em questões comuns, evitando assim a exposição destes à União Europeia.

Ainda no ano de 1996, a realização da décima terceira Cimeira Luso-Espanhola foi presidida pelo recém-eleito governante espanhol, José Maria Aznar e pelo primeiro-ministro António

Guterres, e a ordem de trabalhos focou a continuidade do debate de alguns temas da cimeira anterior.

Assim, no âmbito do contexto europeu, voltaram a ser reiteradas as posições de Portugal e Espanha em integrar o núcleo fundador da moeda única, em 1999, e foram acordados, em matéria de cooperação, encontros, entre dois ministros das finanças, prévios à realização dos Conselhos de Ministros das Finanças da União Europeia (Ecofin).

Já em matérias bilaterais, a questão dos recursos hídricos voltou a concentrar atenções, tendo sido discutida a viabilidade da orçamentação de verbas, realizada por Espanha, para empreendimentos relacionados com o seu Plano Hidrológico, assim como foram também apresentadas as bases da proposta portuguesa para o convénio sobre os rios luso-espanhóis.

Foram ainda acordados compromissos noutras matérias, nomeadamente na luta contra a criminalidade e terrorismo e na ligação das redes de auto-estradas portuguesas e espanholas.

A Cimeira Luso-Espanhola, que decorreu no ano de 1997, teve como ordem de trabalhos a análise e discussão de vários assuntos bilaterais e da política a seguir pelos dois países face aos grandes temas comunitários, sendo esta última a temática dominante do encontro.

No âmbito comunitário, Portugal e Espanha concentraram o debate na tentativa de acertarem estratégias para a Cimeira sobre o Emprego, que se realizou posteriormente no Luxemburgo. Apesar de concordantes, as perspectivas dos dois países não foram coincidentes, uma vez que ambos concordaram com o esforço, ao nível comunitário, em contrariar as tendências de desemprego dos “quinze”, contudo Espanha defendeu que os objectivos e ritmos desta política deveriam ser fixados por programas nacionais.

Foram também estabelecidas conversações relacionadas com o alargamento da UE a Leste e a Agenda 2000⁶, mais concretamente no que respeita às perspectivas da reforma de financiamento, tendo sido confirmada a convergência de interesses, entre os países ibéricos, relativamente às duas temáticas.

No plano dos assuntos bilaterais, foram tomadas decisões em vários domínios, designadamente: em matéria de transportes e acessibilidades, foi decido o avanço dos trabalhos para a concretização da ligação de alta velocidade (TGV) entre Vigo e Porto, o reforço da ligação da rede de auto-estradas e a construção de novas pontes em regiões fronteiriças; ao nível da segurança, foi acordada a criação de postos fronteiriços mistos e registaram-se avanços nas conversações para o estabelecimento de um convénio sobre o combate ao tráfico de drogas no alto mar e a luta contra a emigração ilegal e novos tipos de delinquência; em assuntos relacionados com a justiça, acordou-se a cooperação entre tribunais fronteiriços; e, dentro da temática dos recursos hídricos, assumiu-se o

⁶ Quadro financeiro da UE para 2000-2006

compromisso de intensificar as reuniões técnicas, com o objectivo de acelerar o processo conducente à celebração de uma nova convenção sobre os rios luso-espanhóis.

No ano de 1998, a Cimeira Luso-Espanhola teve como temas alvo de debate, no que diz respeito a assuntos comunitários, o alargamento a Leste e a Agenda 2000, questões recorrentes da cimeira anterior, e em relação às quais voltaram a demonstrar entendimento. Na sequência da discussão da Agenda 2000, Portugal e Espanha acordaram posições no sentido de se oporem à intenção de redução do Fundo de Coesão, que seria posteriormente discutido no Conselho Europeu de Viena.

No contexto bilateral, também foi dada continuidade à análise de algumas problemáticas, nomeadamente a dos recursos hídricos, que tinha vindo a ser tratada ao longo de várias cimeiras, tendo esta ficado marcada pela assinatura do Convénio sobre a Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas⁷, cujo conteúdo faz menção à definição de caudais mínimos para Espanha e para Portugal, à qualidade da água e à possibilidade de um controlo mais rígido dos escoamentos afluentes.

Foram ainda alcançados compromissos noutras áreas, como: um acordo para a criação de uma comissão de pescas e para a constituição de um grupo de negociação para o controlo das infracções na pesca marítima; assinatura de uma declaração de intenções sobre a cooperação e assistência técnica em matéria laboral e assuntos sociais; o estabelecimento de uma convenção-quadro relativa à melhoria das acessibilidades; e um acordo em matéria de perseguição transfronteiriça.

Na décima sexta Cimeira Luso-Espanhola, realizada em 2000, os assuntos europeus dominaram a agenda, e, enquadradas pela presidência portuguesa, foram acertadas estratégias em vários temas, como: o emprego e a coesão social, temas centrais do Conselho Extraordinário de Lisboa, realizado posteriormente; o acordo de comércio livre com o México; o estreitar de relações com o Mercosul; as consequências da Conferência da Organização Mundial de Comércio, realizada em Seattle; e o pacote fiscal e a sua discussão na seguinte reunião do Ecofin.

As principais conclusões de cariz bilateral, alcançadas nesta cimeira, enquadraram-se nas temáticas dos transportes e acessibilidades e da segurança e criminalidade e dizem respeito a um compromisso de candidatura conjunta a financiamento comunitário para o projecto do comboio de alta velocidade, a constituição de uma comissão técnica para determinar o traçado da linha ferroviária, tendo em conta a necessidade de conjugação com os projectos espanhóis já em curso e a criação de um observatório permanente para análise dos fluxos de trânsito rodoviário, no âmbito da primeira temática; e a cooperação no controlo de fronteiras marítimas e a criação de postos fronteiriços mistos, enquadrada na segunda.

⁷ Resolução da Assembleia da República nº 66/99.
[<http://www.gddc.pt/siii/docs/rar66-1999.pdf>]

A Cimeira Luso-Espanhola, realizada em 2001, ficou marcada pelo reconhecimento da importância das consultas bilaterais e da necessidade de intensificação das mesmas, para uma coordenação de estratégias, tanto para problemáticas bilaterais como para assuntos de âmbito comunitário.

Na esfera das questões europeias, os dois governantes procederam a um balanço sobre as posições assumidas no Conselho Europeu de Nice, em que foram patentes algumas divergências associadas aos votos e cotas de decisão na UE, e acordaram em fazer anteceder cada Conselho Europeu de consultas políticas bilaterais.

No plano dos assuntos bilaterais, foi instituída uma nova reunião de membros dos dois governos, intercaladas com as Cimeiras Luso-Espanholas, para reavaliação e redefinição das políticas de interesse comum.

Outros compromissos foram ainda assumidos nas várias vertentes de relacionamento bilateral, como a segurança e criminalidade, em que ficaram estabelecidos um protocolo para trocas informativas contra a fraude e anti contrabando e a criação de um grupo de trabalho para promover a celeridade e simplificação dos processos de reconhecimento de decisões judiciais e de extradição, o estabelecimento de um mandato de detenção europeu e o avanço das harmonizações das sanções em matéria de terrorismo.

No domínio dos transportes e acessibilidades, foi ratificada a constituição do Agrupamento Europeu de Interesse Económico para o arranque dos trabalhos relacionados com o transporte ferroviário de alta velocidade entre Lisboa e Madrid e firmado um acordo sobre a criação do Observatório de Transfronteiriço Portugal-Espanha (OTEP)⁸.

O debate em torno da liberalização do mercado ibérico de energia e as reestruturações empresariais do sector, que teve lugar ainda no âmbito desta cimeira, centrou-se na assinatura de um acordo que estabeleceu a constituição do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL) e na discussão da intenção portuguesa de lançamento de uma oferta pública de aquisição (OPA), por parte da EDP, sobre a Hidrocantábrico recusada por Espanha, alegadamente justificada por um impedimento legal que limita os direitos de voto das empresas públicas estrangeiras que adquiram participações em sectores estratégicos.

A Cimeira Luso-Espanhola, de 2002, reuniu, do lado português, José Manuel Durão Barroso e, do lado espanhol, José Maria Aznar, para o debate de problemáticas que, em particular nesta cimeira, foram de cariz bilateral.

As principais questões de âmbito comunitário tratadas relacionaram-se com a intenção de consertar posições prévias, ao nível bilateral, sobre a reforma institucional em curso

⁸ Cujo objectivo consiste numa análise sistemática e concertada dos fluxos de passageiros e mercadorias entre Portugal e Espanha, no sentido de se efectuar um levantamento das necessidades de infra-estruturas de transporte.

associada ao alargamento da UE e a negociação do próximo quadro financeiro europeu⁹.

Em matéria de defesa, os dois governantes procederam a uma avaliação comum do trabalho desenvolvido no âmbito do processo de reformulação da estrutura militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO).

A ligação por comboio de alta velocidade entre Porto-Lisboa-Madrid, e em particular o seu traçado, assumiu-se como um dos principais assuntos da agenda desta cimeira, contudo as conclusões ficaram limitadas pelo impasse das negociações no que respeita ao traçado da ligação Lisboa-Madrid, em que Portugal defendeu a opção Cáceres e Espanha a de Badajoz, ficando apenas acordado o traçado que liga Lisboa-Porto-Vigo, bem como a adjudicação de um contrato de consultoria e assistência técnica de um estudo de viabilidade técnica, económica e ambiental sobre esta ligação.

A construção do Mercado Ibérico de Electricidade, acordada na cimeira anterior, foi também um dos assuntos dominantes desta cimeira. A sua concretização foi calendarizada, tendo sido estabelecido o início do funcionamento em 2003, com a articulação da exploração técnica de ambos os sistemas eléctricos e posterior aproximação dos seus quadros de funcionamento, que marca o seu pleno funcionamento, previsto para 2006.

Foram ainda estabelecidos acordos respeitantes a outras temáticas, como: a cooperação transfronteiriça, com a ratificação de uma convenção que estabelece a apresentação de projectos fronteiriços conjuntos em domínios variados, com o objectivo de aproveitamento dos fundos estruturais que a UE disponibiliza no âmbito do Interreg III; a saúde, com a assinatura de um acordo relativo ao financiamento da assistência médica de urgência; e a pesca, com a aprovação de um convénio para aplicação de multas às embarcações que pesquem ilegalmente em águas portuguesas e espanholas.

No plano da cooperação económica entre os dois países, as duas delegações reafirmaram o interesse em incentivar a cooperação empresarial, através de alianças e parcerias entre empresas.

A décima nona Cimeira Luso-Espanhola, realizada em 2003, à semelhança da anterior, apresentou como principais temas de debate, aspectos de natureza bilateral, ainda que os assuntos europeus também não tenham deixado de estar incluídos na ordem de trabalho.

A preparação da posterior Conferência Intergovernamental, com a análise e concertação das posições dos dois países, constituiu-se como o tema de maior relevo desta cimeira, no que se refere a questões comunitárias.

No plano bilateral, o projecto ferroviário de alta velocidade de ligação de Portugal e Espanha registou evoluções no que respeita à decisão dos traçados e ao estabelecimento das datas de entrada em funcionamento das várias linhas. Assim, ficaram acordadas quatro ligações e respectivas previsões de pleno funcionamento: Lisboa-Porto-Vigo, tendo sido fixada a

⁹ Quadro Comunitário de Apoio 2007- 2013.

entrada em funcionamento do troço Porto-Vigo em 2009 e do troço Lisboa-Porto em 2013; Lisboa-Évora-Badajoz-Cáceres-Madrid, em 2010; Aveiro-Viseu-Salamanca, em 2015; e Faro-Huelva, em 2018.

A entrada em vigor do Mercado Ibérico de Energia, intenção recorrente das duas cimeiras anteriores, ficou marcada para Abril de 2004, mas com pleno funcionamento apenas em 2006, antecipando a entrada em vigor do mercado único europeu nesta área.

Nos domínios da cooperação económica, cooperação transfronteiriça e recursos hídricos, foram também debatidas e acordadas algumas intenções comuns, como: a constituição de um Fórum Governamental Luso-Espanhol, realizado trimestralmente, que teria como objectivo o acompanhamento e dinamização das conclusões de vertente de cooperação empresarial, decorrentes das cimeiras; o estabelecimento de cooperação bilateral no combate aos incêndios, em áreas fronteiriças; e a avaliação da implementação dos protocolos estabelecidos, ao nível dos recursos hídricos.

A Cimeira Luso-Espanhola, realizada em 2004, a vigésima desde que, em 1983, foram instituídos estes encontros bilaterais entre chefes de governos e suas equipas ministeriais e a última até ao momento actual, foi presidida por Pedro Santana Lopes e José Luiz Zapatero, recém eleitos representantes dos governos de Portugal e Espanha, respectivamente.

Na agenda de trabalhos, a análise do enquadramento de Portugal e Espanha na UE, inserida num novo contexto de construção europeia, constituiu-se como tema dominante dos assuntos comunitários tratados nesta cimeira. Este debate permitiu aos dois governantes o estabelecimento de estratégias comuns no que se refere à revisão do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), à obtenção de fundos de coesão para o período do próximo Quadro Comunitário de Apoio - 2007-2013 - e ao referendo sobre o projecto de Constituição Europeia.

Ainda na vertente das questões europeias, foram debatidos assuntos de política externa, como Iraque, América Latina, Médio Oriente, Mediterrâneo, Turquia, entre outros.

Ao nível bilateral, subjacente às principais conclusões da cimeira, esteve patente a continuidade de algumas matérias recorrentes de cimeiras anteriores, como: em matéria de transportes e acessibilidades, o reafirmar da calendarização estabelecida para a entrada em funcionamento do transporte ferroviário de alta velocidade; no plano da energia, a ratificação da nova data de entrada em funcionamento do Mercado Ibérico de Energia Eléctrica - 30 de Junho de 2005.

Foram ainda estabelecidos alguns acordos de relevo noutras matérias, nomeadamente na cooperação transfronteiriça, com a criação da Comissão da Convenção de Cooperação Transfronteiriça, constituída pelos representantes das Comunidades Autónomas de Espanha, que partilham a fronteira com Portugal, membros das Comissões de Coordenação

e Desenvolvimento Regional (CCDR), com fronteira comum a Espanha, e Associação Nacional de Municípios. A constituição deste grupo de trabalho teve como objectivo a elaboração de um plano de acção com as prioridades para o investimento público durante o próximo período de financiamento comunitário.

No sector portuário, encarado como sector estratégico para o desenvolvimento económico e comercial de Portugal e Espanha, foi assinado uma declaração pioneira em matéria de cooperação institucional, cujo objectivo visava o potenciar das infra-estruturas portuárias de interesse comum, como Sines e Valência, entre outros.

4. Conclusão

O exercício de análise dos temas mais relevantes, tratados no âmbito das vinte cimeiras já realizadas, sustenta o objectivo subjacente à organização das mesmas, ou seja a concertação de estratégias para resposta aos desafios que se têm colocado aos dois países ibéricos, tanto ao nível de problemáticas bilaterais, como no plano da coordenação política na actuação nas diversas instituições internacionais onde estão inseridos, como é o caso da UE.

Os assuntos relacionados com a UE dominaram uma parte significativa das conversações estabelecidas, tendo sido abordados, ao longo das mais de duas décadas de realização destes encontros bilaterais, temas como a adesão de Portugal e Espanha à UE (então CEE), o orçamento comunitário, os vários Conselhos Europeus, as presidências portuguesa e espanhola da UE, o Mercado Único Europeu, o alargamento da UE a Leste, a livre circulação de pessoas, União Económica e Monetária, entre outros, e ainda temas relacionados com a política externa, nomeadamente as relações com o Mercosul e o Magrebe.

Na esfera bilateral, o debate envolveu uma grande amplitude de temas, desde os desequilíbrios da balança comercial desfavoráveis a Portugal, a cooperação económica, a cooperação transfronteiriça, os transportes e acessibilidades, a gestão de recursos hídricos comuns, a energia, a segurança e criminalidade, a justiça, referindo apenas os mais recorrentes.

A análise evolutiva efectuada permite ainda concluir que as Cimeiras Luso-Espanholas, ainda que com algum cariz decisório, são essencialmente caracterizadas por um modelo de consultas bilaterais, mas que, ainda assim, tem permitido o estabelecimento de entendimentos entre Portugal e Espanha, no sentido de convergência de posições e de concertação de estratégias para a afirmação dos seus interesses, ao nível interno de cada um dos países e no seio da UE.

Assim, assume-se como primordial o reconhecimento de que os percursos de Portugal e Espanha, ainda que “nem sempre coincidentes, são inseparáveis” (Soares, 1983), uma vez

que ambos apresentam fragilidades e em conjunto o peso destes dois países é mais significativo e maior expressão assumem também as estratégias de desenvolvimento, por eles traçadas, no contexto de afirmação numa Europa alargada.

Bibliografia

- CAETANO J. M., 1998, *Portugal - Espanha. Relações económicas no contexto da integração europeia*, Oeiras: Celta Editora.
- ALVES R. P., 2000, *Portugal: As Relações Ibéricas no Âmbito da Globalização e Liberalização dos Mercados*, Lisboa: Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia e Ordem dos Economistas.
- AZEVEDO F. et FAUSTINO A., 2001, "Casamento por conveniência", *Economia Pura*, Nº 34, pp. 16-19.
- LOPES E. R., 2001, "Passos de convergência estratégica", *Economia Pura*, Nº 34, pp. 20-21.
- Sousa F. F., 2001, "Por um compromisso inteligente", *Economia Pura*, Nº 34, pp. 28-29.
- NETO H., 2001, "O nosso campo de batalha natural", *Economia Pura*, Nº 34, pp. 30-31.
- CAETANO J. M., 2001, "Acabar com os mitos", *Economia Pura*, Nº 34, pp. 32-39.
- ALVES R. P., 2001, "Um mercado necessário", *Economia Pura*, Nº 34, pp.39-42.
- PIRES I. et TEIXEIRA J. M., 2002, *A Integração do Mercado Ibérico: "Novos Ventos, que Casamento?"*, Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico. Seminário Internacional, Lisboa.
- Actas da XVIII Cimeira Luso-Espanhola, Valência, 2 e 3 de Outubro de 2002. Ministério Negócios Estrangeiros.
- Actas da XIX Cimeira Luso-Espanhola, Figueira da Foz, 7 e 8 de Novembro de 2003. Ministério Negócios Estrangeiros.
- Actas da XX Cimeira Luso-Espanhola, Santiago de Compostela, 1 de Outubro de 2004. Ministério Negócios Estrangeiros.
- *Devemos criar na Península uma zona de trocas livres*, Diário de Notícias, 12 de Novembro de 1983. (S/Autor).
- *Queremos estabelecer novo relacionamento*, Diário de Notícias, 12 de Novembro de 1983. (S/Autor).
- *Consultas Luso-Espanholas ficam institucionalizadas*, Diário de Notícias, 12 de Novembro de 1983. (S/Autor).
- *Declaração de Lisboa faz apelo à paz aos presidentes das duas superpotências*, Diário de Notícias, 13 de Novembro de 1983. (S/Autor).
- LLERA G., *Cimeira Ibérica: o que esperam os espanhóis*, Expresso, 29 de Outubro de 1983.
- LOPES M. *Coordenação entre Lisboa de Madrid sem constituir <<bloco peninsular>>*, Diário de Notícias, 23 de Outubro de 1986.
- MENDES P. C. A., *Cavaco Silva e Felipe González conferenciaram a sós em Guimarães*, Diário de Notícias, 25 de Outubro de 1986.
- CARVALHO P., *Cavaco e Gonzáles concordam em Guimarães reduzir desequilíbrio nas trocas comerciais*, Diário de Notícias, 26 de Outubro de 1986.
- QUEIRÓS J., *Cimeira ibérica: a normalização da desconfiança*, Expresso, 1 de Novembro de 1986.
- *Cavaco Silva amanhã em Madrid para cimeira política e pacífica*, Diário de Notícias, 10 de Novembro de 1987. (S/Autor).
- CAMACHO C., *Cavaco e González em Madrid discutem eventual adesão à UEO*, Diário de Notícias, 11 de Novembro de 1987.
- CAMACHO C., *Cavaco e González chegam à convergência mas não à identidade sobre orçamento da CEE*, Diário de Notícias, 12 de Novembro de 1987.
- SOUSA T., *Um Portugal-Espanha amigável*, Expresso, 14 de Novembro de 1987.

- CRESPO V., *Finanças e vias de comunicação dominam cimeira*, Diário de Notícias, 3 de Novembro de 1988.
- *Cooperação fronteiriça prepara mercado único*, Diário de Notícias, 4 de Novembro de 1988. (S/Autor).
- *Presidência da CEE influencia "cimeira"*, Expresso, Sábado 5 de Novembro de 1988. (S/Autor).
- *Lisboa e Madrid não têm conflitos latentes*, Diário de Notícias, 2 de Fevereiro 1990. (S/Autor).
- VIGAS E., *Leste e CEE dominam Cimeira de Carmona*, Diário de Notícias, 2 de Fevereiro de 1990.
- VIEGAS E., *Cimeira de Carmona lança alerta aos Doze*, Diário de Notícias, 3 de Fevereiro de 1990.
- *Portugal e Espanha festejam Tordesilhas*, Expresso, 3 de Fevereiro de 1990. (S/Autor).
- VIEGAS E., *Relações Bilaterais e CEE dominam cimeira do Algarve*, Diário de Notícias, 5 de Dezembro de 1990.
- VIEGAS E., *Fronteira aberta prepara horizonte comum*, Diário de Notícias, 6 de Dezembro de 1990.
- VIEGAS E., *Três pontes internacionais beneficiam de protocolo*, Diário de notícias, 6 de Dezembro de 1990.
- VIEGAS E., *Maastricht domina cimeira de Trujillo*, Diário de Notícias, 15 de Dezembro de 1991.
- BERNARDES L., *Península a uma só voz*, Diário de Notícias, 6 de Dezembro de 1992.
- *Estratégia Concertada*, Expresso, 5 de Dezembro de 1992. (S/Autor).
- ROCHA M. J., *Lisboa e Madrid acertam rios*, Diário de Notícias, 18 de Dezembro de 1993.
- ROCHA M. J., *Virar a Europa para Sul*, Diário de Notícias, 19 de Dezembro de 1993.
- ALBINO C., *Península de comunidades*, Diário de Notícias, 18 de Novembro de 1994.
- CARVALHO C., *Grandes dúvidas sobre os rios*, Diário de Notícias, 19 de Novembro de 1994.
- VENTURA M., *Mais um empurrão a Alqueva*, Diário de Notícias, 19 de Janeiro de 1996.
- *Lisboa quer atrasar negociações com Madrid*, Expresso, 20 de Janeiro 1996. (S/Autor).
- SIMAS N., *À procura do eixo-ibérico*, Diário de Notícias, 29 de Outubro de 1996.
- SIMAS N., *Rios em primeiro plano na cimeira ibérica*, Diários de Notícias, 30 de Outubro de 1996.
- SIMAS N., *De mãos dadas para o euro*, Diário de Notícias, 31 de Outubro 1996.
- BARCIELA F., *Lisboa e Madrid a marcar o passo*, Diário de Notícias, 18 de Novembro de 1997.
- BARCIELA F., *Emprego é a maior divergência Portugal/Espanha*, Diário de Notícias, 19 de Novembro de 1997.
- BARCIELA F., *Novidades bilaterais divergências europeias*, Diário de Notícias, 20 de Novembro de 1997.
- ALBINO C., *Partir pedra e pouco mais*, Diário de Notícias, 29 de Novembro de 1998.
- ALBINO C., *Acordo das águas quase certo*, Diário de Notícias, 30 de Novembro de 1998.
- FARIA F. M., *Portugal e Espanha acertam luta contra a droga*, Diário de Notícias, 26 de Janeiro de 2000.
- FARIA F. M., *Portugal e Espanha confiantes*, Diário de Notícias, 27 de Janeiro de 2000.
- CARVALHO F., *TGV a duas velocidades*, Expresso, 29 de Janeiro de 2000.
- VALE M. L., *Lisboa recusa acordo judicial*, Diário de Notícias, 29 de Janeiro de 2001.
- ALBINO C., *Tímida cooperação judicial*, Diário de Notícias, 30 de Janeiro de 2001.
- NAVES L., *Desventuras nas margens da alegada bilateral*, Diário de Notícias, 30 de Janeiro de 2001.
- *Costa garante que não há processos de extradição*, Diário de Notícias, 30 de Janeiro de 2001. (S/Autor).
- ALBINO C., *Para afastar fantasmas de Nice*, Diário de Notícias, 31 de Janeiro de 2001.
- NAVES L., *Madrid trava acessos da EDP*, Diário de Notícias, 31 de Janeiro de 2001.
- VALE M. L., *A mesma família negócios à parte*, Diário de Notícias, 2 de Outubro de 2002.

- VALE M. L., *Linha <<entupida>> para Madrid*, Diário de Notícias, 3 de Outubro de 2002.
- *Baixa velocidade*, Expresso, 5 de Outubro de 2002. (S/Autor).
- MATIAS L., *Cimeira luso-espanhola arranca em alta velocidade*, Diário de Notícias, 7 de Novembro de 2003.
- ABINO C. / MATIAS L., *Primeiro TGV arranca do Porto até Vigo em 2009*, Diário de Notícias, 8 de Novembro de 2003.
- ALBINO C., *Durão e Aznar respondem às críticas de Sampaio*, Diário de Notícias, 9 de Novembro de 2003.
- MATIAS L., *TGV pode criar 91 mil empregos em Portugal*, Diário de Notícias, 9 de Novembro de 2003.
- MASCARE LHAS E., *Uma cimeira de <<apresentação>> para Santana e Zapatero*, Diário de Notícias, 1 de Outubro de 2004.
- LOPES M., *Líderes de quadro regiões espanholas assistem à cimeira*, Diário de Notícias, 1 de Outubro de 2004.
- MASCARENHAS E., *Uma cimeira de eficácia e de continuidade*, Diário de Notícias, 2 de Outubro de 2004.
- MIGUEZ A., *La <<cumbre ibérica>> comienza sin soluciones a priori para los problemas*, ABC, 11 de Novembro de 1983.
- MIGUEZ A., *Felipe González: Espanha y Portugal deben mirar a la CEE*, ABC, 12 de Novembro de 1983.
- MIGUEZ A., *La CEE complica las relaciones entre España y Portugal*, ABC, 13 de Novembro de 1983.
- CEBRIÁN J. L., *Mario Sares cree que Portugal debe entrar en la CEE en el primer semestre de 1984, pero que no ocurrirá así con España*, El País, 10 de Novembro de 1983.
- *Espanã no puede olvidar que Portugal tiene razones históricas para sentir desconfianza, pero yo creo que esto es algo pasado*, El País, 10 de Novembro de 1983. (S/Autor).
- ROLDÁN J., *La 'cumbre' hispano-portuguesa que hoy se inicia en Lisboa pretende relanzar las relaciones entre los dos países*, El País, 11 de Novembro de 1983.
- *La 'Cumbre' de Lisboa*, El País, 13 de Novembro de 1983. (S/Autor).
- GUARDIOLA N., *Satisfacción lusa por su "estrategia de firmeza"*, El País, 14 de Novembro de 1983.
- ROLDÁN J., *El protocolo brilló más que los resultados concretos en la primeira jornada de la 'cumbre' hispano-portuguesa*, El País, 12 de Novembro de 1983.
- ROLDÁN J., *La 'cumbre' hispano-portuguesa de Lisboa concluye sin resultados importantes de carácter político o económico*, El País, 13 de Novembro de 1983.
- MARTINEZ J., *Espanã y Portugal quieren dar 'dimension europea' a sus relaciones*, El País, 25 de Outubro de 1986.
- MARTINEZ J., *Compromiso Hispano-portugués para reactivar las relaciones bilaterales*, El País, 26 de Outubro de 1986.
- JÁUREGUI F., *España trata de atraer a Portugal hacia sus tesis sobre la reforma de la CE y el presupuesto comunitario*, El País, 12 de Novembro de 1987.
- JÁUREGUI F., *Portugal apoya a España contra el presupuesto de la CE*, El País, 13 de Novembro de 1987.
- JÁUREGUI F., *González viaja a Lisboa con el objetivo de superar los recelos entre ambos países*, El País, 1 de Novembro de 1988.
- JÁUREGUI F., *España y Portugal firman acuerdos para la solución de sus problemas fronterizos*, El País, 4 de Novembro de 1988.
- MATIAS G. / OPPI W., *El 'anticipo' del mercado único con Portugal para el textil beneficiará a Espanha, según Pedro Solbes*, El País, 5 de Novembro de 1988.
- CEMBRERO I. / GUARDIOLA N., *Felipe González y Aníbal Cavaco Silva, satisfechos del auge de la relación entre España y Portugal*, El País, 3 de Fevereiro de 1990.

- CEMBRERO I., *España equipara la relation institucional con Portugal ala que tiene con Francia*, El pais, 4 de Fevereiro de 1990.
- MOREIRO J. M., *Nuestra relation es hoy mucho más que de simple vecindad*, ABC, 4 de Dezembro de 1990.
- MOREIRO J. M., *La costrucción europea centrará la reunión de González y Cavaco Silva*, ABC, 5 de Dezembro 1990.
- MOREIRO J. M., *González y Cavaco analizan en Trujillo la cumbre de Maastricht*, ABC, 14 de Dezembro de 1991.
- CEMBRERO I., *Espanha y Portugal se alían para obter más dinero de la CE durante 1992*, El Pais, 15 de Dezembro de 1991.
- CEMBRERO I., *Portugal da 'luz verde' a un acuerdo con España contra la inmigración ilegal*, El Pais, 5 de Dezembro de 1992.
- CEMBRERO I., *González y Cavaco Silva arremeten contra Major a menos de una semana de la cumbre de la CE*, El Pais, 6 de dezembro de 1992.
- CEMBRERO I., *González y Cavaco Silva discuten las cuotas de bacalao en aguas noruegas*, El Pais, 18 de Dezembro de 1993.
- CEMBRERO I., *González advierte a los sindicatos que la huelga general perjudicará a la creación de empleo*, El Pais, 9 de Dezembro de 1993.
- GONZÁLEZ M., *España asegura que su plan hidrológico no perjudicará a Portugal*, El Pais, 19 de Novembro de 1994.
- CEMBRERO I. / Garcia J., *Gonzáles y Guterres proclamam su intención de resolver el problema hídrico*, El País, 19 de Janeiro de 1996.
- AYLLÓN L., *Aznar y Guterres coinciden en la ampliación de la UE no debe afectar a los fondos de cohesión*, ABC, 31 de Outubro de 1996
- GARCIA J., *Guterres dice que Portugal ratificará pronto el tratado de extradición con España*, El Pais, 20 de Novembro de 1997.
- AYLLÓN L., *España e Portugal refuerzan su unidad en defensa de los fondos de cohesión*, ABC, 30 de Novembro de 1998.
- LARRAYA J. M. / GARCIA J., *España y Portugal ultiman un acuerdo sobre la gestión de sus ríos comunes*, El Pais, 30 de Novembro de 1998.
- LARRAYA J. M. / GARCIA J., *Aznar asegura que España saldría del euro si tuviera un Gobierno formado por PSOE e IU*, El Pais, 27 de Janeiro de 2000.
- GARCIA J. / EGURBIDE P., *Aznar dice que la cooperación judicial con Portugal debe resolverse en la UE*, El Pais, 31 de Janeiro de 2001.
- EGURBIDE P., *España y Portugal tratarán de reactivar hoy su proyectado mercado único de electricidad*, El Pais, 2 de Outubro de 2002.
- EGURBIDE P., *Aznar rechaza el trazado del AZE Lisboa-Madrid que propone Durão Barroso*, El Pais, 3 de Outubro de 2002.
- PINTO M. / EGURBIDE P., *Aznar afronta su última cumbre con un Portugal en crisis y lleno de proyectos*, El Pais, 8 de Novembro de 2003.
- PINTO M. / EGURBIDE P., *Aznar y Barroso pedirán a la UE Financiación para el AVE hispano-luso*, El Pais, 9 de Novembro de 2003.
- *Lisboa-Madrid, etcétera*, El Pais, 2 de Outubro de 2004. (S/Autor)
- EGURBIDE P., *Zapatero y Santana ratifican las "magníficas relaciones" entre Portugal y España*, El pais, 2 de Outubro de 2004.